PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR /2025

AUTOR (ES) / SIGNATÁRIO(S)

VEREADORA ANA FIDELIS

Republicanos

EMENTA

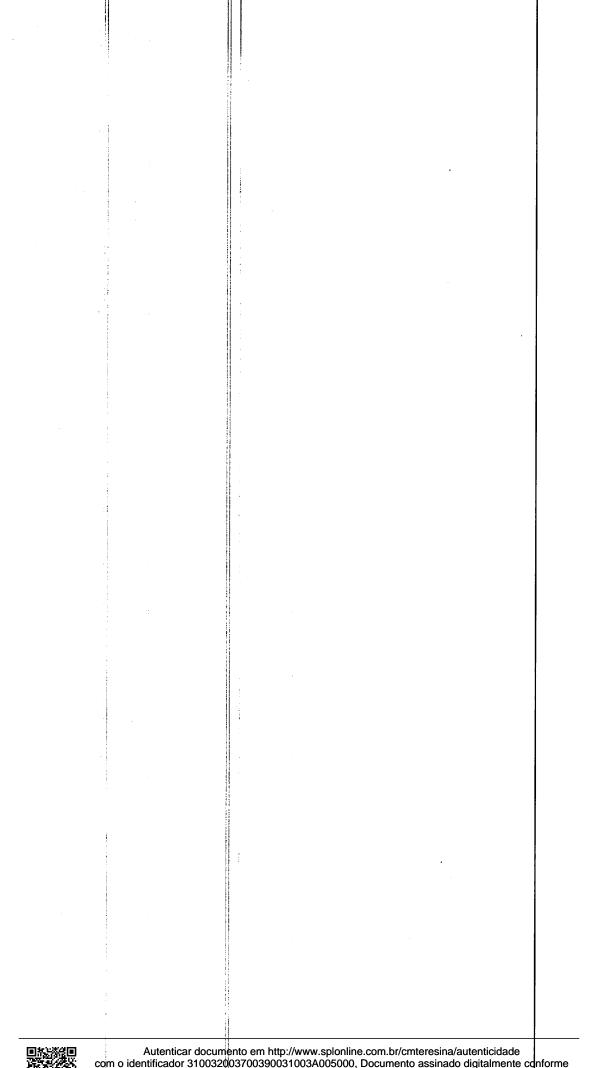
Altera a Lei nº 5.129, de 23 de novembro de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da construção de fraldários acessíveis aos frequentadores de estabelecimentos, para estender sua aplicação a repartições e órgãos públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí,

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 5.129, de 23 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 1º Torna-se obrigatória a construção, instalação ou adaptação de fraldários acessíveis em estabelecimentos públicos e privados de grande circulação, bem como nas repartições e órgãos públicos localizados no município de Teresina, com o objetivo de atender às necessidades de pais, mães, responsáveis e cuidadores de crianças, bem como de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que necessitem do uso do espaço."
- Art. 2º Fica acrescido o §3º ao art. 1º da referida lei, com a seguinte redação:
- §3º Os fraldários devem ser instalados em locais de fácil acesso, sinalizados adequadamente e dotados de equipamentos que garantam higiene, segurança, privacidade, conforto e acessibilidade.
- Art. 3º Os estabelecimentos e órgãos públicos terão o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei Complementar, para se adequarem às novas exigências.
- Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.









JUSTIFICATIVA

A presente proposta de alteração à Lei nº 5.129, de 23 de novembro de 2017, tem por objetivo ampliar a obrigatoriedade de instalação de fraldários acessíveis, estendendo sua exigência não apenas aos estabelecimentos privados de grande circulação, mas também a todos os estabelecimentos públicos, repartições e órgãos da administração pública municipal situados em Teresina.

É cada vez mais evidente a importância de oferecer estruturas que garantam dignidade, conforto e acessibilidade às famílias que transitam pelos espaços públicos da nossa cidade. No entanto, muitos desses locais ainda não contam com fraldários adequados, o que gera dificuldades para pais, mães, responsáveis e cuidadores que necessitam de um ambiente apropriado para a higienização de bebês e crianças pequenas.

Além de ser uma questão de inclusão e respeito às necessidades das famílias, a disponibilização de fraldários acessíveis nos espaços públicos também reforça o compromisso do poder público com a humanização dos serviços oferecidos à população. Não se trata de um mero detalhe, mas de um equipamento básico que demonstra sensibilidade social e atenção às diversas realidades vividas pelos cidadãos e cidadãs.

Cabe ressaltar que muitos dos órgãos públicos da capital recebem diariamente grande fluxo de pessoas, incluindo famílias com crianças de colo, tornando ainda mais urgente a adequação desses espaços às necessidades dessa parcela significativa da população.

Por fim, este projeto contribui para a construção de uma cidade mais inclusiva, acolhedora e igualitária, alinhada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da universalização do acesso aos serviços públicos com qualidade e respeito.

Diante do exposto, solicito o apoio dos(as) nobres pares para aprovação desta proposta.

